

Econ-Brasil

Liberais aguardam novo governo

SÃO PAULO — A exemplo dos credores externos, que decidiram negociar a reestruturação da dívida brasileira com o próximo governo, também setores empresariais chegaram à conclusão de que é melhor aguardar a posse do novo presidente da República para voltar a exercer pressões no sentido da reformulação da economia nacional. Um grupo de grandes empresários, todos defensores de princípios liberais para a economia, preparou documento de 88 páginas para ser apresentado ao próximo governante.

apresentado ao próximo governante. Na avaliação do presidente do Conselho de Mantenedores do Instituto Liberal do Paraná, José Luiz Mugiaatti, o próximo governante, mesmo que eleito com propostas populistas ou socializantes, não terá outra escolha se não seguir o caminho de seu colega argentino, privatizando empresas, praticando uma política de tarifas reais e liberando os preços de acordo com as regras de mercado.

“O próprio Carlos Menem assumiu a presidência depois de uma campanha toda ela populista, herdada dos peronistas”, afirma Mugiaatti. “Mas na hora de desenvolver sua política econômica, Menem se inspirou em princípios liberais.” A política econômica de Carlos Menem foi elaborada sob forte influência de economistas ligados ao grupo argentino Bung & Born, que no Brasil está presente com empresas como o grupo Moinho Santista, e adotou uma linha inspirada nos princípios liberais. “Nós somos totalmente liberais, condenamos os subsídios ou qualquer intervenção governamental. O novo governante brasileiro deve assumir essa postura também”, afirma Mugiaatti.

O documento contendo as propostas liberais dos empresários será apresentado ao novo governante assim que ele tomar posse. Caso ele seja assimilado pelo próximo presidente da República, evidentemente, haverá uma contrapartida de apoio inicial muito importante para a futura gestão pelo peso dos nomes que compõem esse grupo. Além disso, é a primeira proposta de governo apresentada por um segmento econômico sem vinculação partidária ou estrutural de apoio com algum candidato específico. “De

Caminho argentino — Durante todo o final da semana passada, os empresários se reuniram em Curitiba para delinear as bases do documento a ser

apresentado ao próximo governante. Na avaliação do presidente do Conselho de Mantenedores do Instituto Liberal do Paraná, José Luiz Mugiaatti, o próximo governante, mesmo que eleito com propostas populistas ou socializantes, não terá outra escolha se não seguir o caminho de seu colega argentino, privatizando empresas, praticando uma política de tarifas reais e liberando os preços de acordo com as regras de mercado.

“O próprio Carlos Menem assumiu a presidência depois de uma campanha toda ela populista, herdada dos peronistas”, afirma Mugiaatti. “Mas na hora de desenvolver sua política econômica, Menem se inspirou em princípios liberais.” A política econômica de Carlos Menem foi elaborada sob forte influência de economistas ligados ao grupo argentino Bung & Born, que no Brasil está presente com empresas como o grupo Moinho Santista, e adotou uma linha inspirada nos princípios liberais. “Nós somos totalmente liberais, condenamos os subsídios ou qualquer intervenção governamental. O novo governante brasileiro deve assumir essa postura também”, afirma Mugiaatti.

O documento contendo as propostas liberais dos empresários será apresentado ao novo governante assim que ele tomar posse. Caso ele seja assimilado pelo próximo presidente da República, evidentemente, haverá uma contrapartida de apoio inicial muito importante para a futura gestão pelo peso dos nomes que compõem esse grupo. Além disso, é a primeira proposta de governo apresentada por um segmento econômico sem vinculação partidária ou estrutural de apoio com algum candidato específico. “De



Bornhausen e Vieira

qualquer forma, consideramos que o conjunto das nossas propostas teriam mais possibilidades de serem implementadas por Fernando Collor, Paulo Maluf ou Guilherme Afif Domingos”, afirma Mugiaatti.

Estratégia — A estratégia de ação dos liberais, condensada no documento, prevê a aplicação de regras conhecidas dentro desses princípios, como liberdade plena de concorrência de mercado, redução dos tributos, privatização e aproximação com o sistema financeiro internacional. Essas linhas gerais colocam questões como a necessidade de liberalização do câmbio, salários pactuados livremente, nova análise da dívida pública (esse ponto, que é central, já é aceito pelos liberais), promoção da auto-suficiência das estatais existentes (grandes estatais como a Petrobras, reconhecem os liberais, não seriam privatizadas, mas geridas por empresas independentes de auditoria).

Além desses pontos, os liberais propõem ainda a criação de um Fundo de

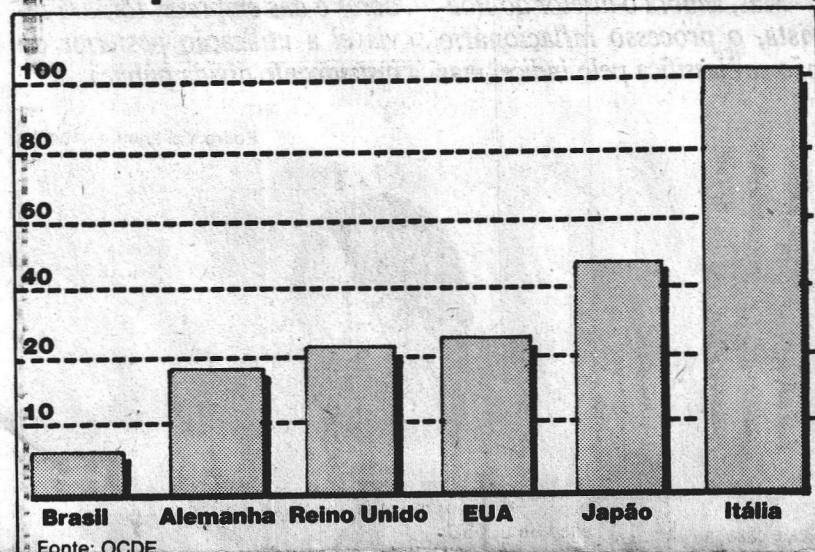
Participação Popular que redefiniria o papel do Estado mesmo em funções como saúde e educação, promovendo sua descentralização. A seguir, ao analisar as causas da estagnação da economia brasileira, os liberais afirmam que a dívida externa não é grande problema da economia brasileira. “O serviço da dívida não é a parcela mais onerosa dos gastos do governo. A queda da arrecadação bruta, o aumento das despesas com pessoal e outros itens também desempenham papel relevante na crise financeira do governo”, afirmam os liberais. “O montante transferido ao exterior é insuficiente para explicar o baixo crescimento da economia desde 1980.”

O argumento de que o aumento das exportações é inflacionário, de acordo com a análise dos liberais, é falacioso, pois o Japão e outras economias exportadoras não enfrentam o mesmo problema. A questão da dívida interna, na opinião dos liberais, só se torna um problema à medida que é administrada por um governo sem credibilidade. “O estoque da dívida pública é de 17% do PIB, e simulações mostram ser possível financiar uma dívida pública de 40% por um período relativamente longo, desde que o público acredite que o governo honrará seus débitos”, afirma os liberais. “No Brasil, o público tornou-se incrédulo, na medida em que exige taxas mais remuneradoras, prazos mais curtos e liquidez absoluta. Tornou-se, assim, impossível a sustentação de uma política monetária restritiva porque, simplesmente, qualquer alta de juros afeta todo o estoque, onerando demasiadamente o seu serviço.” (Nilton Horita)

Henrique Ruffato

Dívida pública interna

(Em % do PIB: 88)



Serviço da Dívida

(Em % do total das exportações)

